

América Latina: Capital e Educação, Algumas Reflexões

João dos Santos Filho*

RESUMO

O objetivo deste estudo é demonstrar o comprometimento da história nacional aos preceitos de uma historiografia universal e dominante que determina a forma de ser das populações locais, regionais e nacionais. Dois processos se destacam nesse movimento, o da dependência material e intelectual e o da anexação; eles se complementam e reescrevem a história da exploração latino-americana.

Palavras – chave: Educação na América Latina, Historiografia Nacional, Consciência Histórica.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es demostrar el comprometimiento de la historia nacional a los preceptos de una historiografía universal y dominante que determina la forma de ser de las poblaciones locales, regionales y nacionales. Dos procesos se destacan en ese movimiento, el de la dependencia material e intelectual y de la anexión; ellos se complementan y rescriben la historia de la explotación latinoamericana.

Palabras-clave: Educación en América Latina, Historiografía Nacional, conciencia histórica.

* Bacharel em Ciências Sociais e turismólogo: Professor da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Professor do curso de turismo da Faculdade Nobel: Mestre em Filosofia e História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Aluno especial do doutorado em ciência do turismo na ECA/USP. Fundador da Associação Brasileira de Bacharéis de Turismo de São Paulo - ABBTUR/SP e do Instituto de Análises sobre o desenvolvimento Econômico Social - IADES.

Recebido em 10/08/2004. Selecionado para publicação em 15/05/2004.

Para escrevermos sobre a América Latina, necessitamos antes de qualquer outra providência determinar a linha teórica de análise que seguiremos na abordagem do objeto em questão. A explicação teórico-metodológica deve ser explicitada em seus fundamentos filosóficos, buscando entendê-la através de uma visão ontológica¹.

Em primeiro lugar, temos que lembrar que foi por meio do materialismo histórico dialético que Marx conseguiu contrapor-se ao empirismo como elemento principal das análises idealistas, demonstrando que não existe separação entre o ser e a natureza, mas sim um entrelaçamento, no qual:

“A produção de ideais, de representações e da consciência está, em primeiro lugar, directa e intimamente ligada a actividade material e, ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção directa do seu comportamento material”.²

O ser humano tem a capacidade de intervir **teleologicamente** para modificar e estar modificando a si mesmo. Essa dupla atuação lhe dá o caráter histórico e ontológico necessário para entender o real concreto. Esta perspectiva obriga-nos a trabalhar com as categorias que reproduzem a vida, negando as visões positivistas e neopositivistas que alimentam a construção de um imaginário no qual as fantasias do espírito se apresentam por meio da visão tautológica. Segundo Lukács, a metafísica conduz o pensamento humano pelos caminhos tortuosos da “lógica” religiosa, negando as colocações ontológicas.

“E esse domínio se deu não apenas na vida filosófica propriamente dita, mas também no mundo da *práxis*. Se analisássemos bem as constantes teorias dos grupos dirigentes políticos, militares e econômicos de nosso tempo, descobriríamos que elas – consciente ou inconscientemente – são determinadas por métodos de pensamento neopositivistas”.³

¹ A visão ontológica lukaciana é aquela que busca compreender o ser social como produto historicamente determinado, em que a categoria central é o trabalho que transforma o homem e a própria natureza. Ao contrário da visão clássica (de cunho empirista, como Marx ressalta no texto “O Método da Economia Política”) que tem por base a metafísica e a especulação sem qualquer compromisso com a realização da história, isto é, sua ligação com a materialidade é inexistente.

² MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Portugal, Editora Presença, p. 25.

³ LUKÁCS, George. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: Revista Temas de Ciências Humanas, n.º 4, 1978, São Paulo, p. 02.

Para o estudo da educação e da sociedade latino-americana, partimos do entendimento de que “... a consciência é, pois, um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens...”, intervindo na natureza, isto é, desenvolvendo a história da humanidade. Portanto, a produção da consciência é resultado da *práxis* dos homens com a natureza e com os outros homens, que sinalizam a internacionalização do capital pela troca de mercadorias e a ampliação de sua acumulação.

Expandindo-se por todo o planeta e buscando encontrar sempre as melhores condições para se reproduzir, “... o capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo...”⁴. Neste sentido, o “trabalho” é a base elementar do ser social em que a ontologia histórico-materialista se baseia para explicar a essência de seu processo e as formas e determinações de sua existência.

Buscar na visão ontológica o entendimento sobre a realidade latino-americana é algo pouco comum entre os estudiosos, pois os conceitos tradicionais inibem, limitam e, por terem hegemonia literária, impedem ou dificultam qualquer outra análise que não esteja baseada no caráter de contradição antagônica e permanente, alimentando as interpretações de caráter **maniqueísta**, no qual os personagens “o bem e o mal” estão subordinados a uma relação de dominação.

A ação de dominação traz consigo a noção de subordinação que um determinado país impõe sobre o outro, onde:

“Endossam-se, por outro lado, todos os mitos da historiografia oficial, profundamente afastada dos extratos populares e enxergando o Brasil pelo prisma ideológico exclusivo das classes dominantes, profundamente marcadas pela subserviência ao grande capital e às suas seqüelas “ideológicas.”⁵

Utiliza-se de categorias analíticas importadas, como se a referência histórica dos países fosse uniforme e universal, esquecendo as especificidades nacionais, regionais e locais. Acredita-se no antagonismo entre os interesses rurais e urbanos, como se o desenvolvimento capitalista da América Latina estivesse passando pelo mesmo processo ocorrido na Europa. Como diz Ricardo Antunes:

⁴ MARX, Karl. O Capital: Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1982, p. 19.

⁵ RIBEIRO, Gilvan P. Do Imperialismo como Farsa. In: Revista Temas de Ciências Humanas, n.º 07, São Paulo, 1980, pp. 132-133.

“Repetia-se aqui, num país de herança colonial, e, portanto, submisso ao capitalismo na sua fase imperialista, o “modelo clássico” de transição tal como na França ou mesmo na Inglaterra.”⁶

Na verdade, o que vai existir são momentos de unidade e de contradição, e dificilmente de antagonismo, pois as rupturas estruturais vão aparecer somente em 1917 e 1959, quando Rússia e Cuba conseguem interromper por completo as formas coloniais de exploração do trabalho, configurando um período de avanço das lutas contra o capitalismo monopolista e expansão do chamado socialismo.

A América Latina, apesar de estar subjugada ao desenvolvimento histórico do capital, desenvolve “interesses próprios”, nos quais suas burguesias “criollas” atuam como interlocutoras na luta pela produção, reprodução e acumulação de capital. O que significa que a relação de dominação não é unilateral, mas sim dialética. Os interesses da burguesia local e do capital se completam junto às intenções e necessidades do capitalismo monopolista. Esta cumplicidade de interesse demonstra que a relação de dominação não pode ser vista como unívoca, mas sim de duplicidade – dialética. Portanto, para entendermos as questões da educação latino-americana, caminharemos na mesma referência teórica: uma a serviço do capitalismo monopolista, buscando cristalizar os laços de dominação e submissão, e outra de caráter revolucionário que luta pelos interesses nacionais e populares.

As duas aparecem de forma concomitante, pois são oriundas de um mesmo processo histórico de contradições e unidades. A primeira como resultado do processo de exploração do capitalismo monopolista, que imprime a marca da dominação e submissão. A segunda, como produto das lutas de Simon Bolívar, Sandino, José Artigas, José Martí, Emiliano Zapatta, Ernesto Che-Guevara e Fidel Castro, marcaram uma América revolucionária.

Poderíamos indagar onde está a América Latina de nossos heróis nacionais? Escondida em sua miséria total e submersa no lodo negro dos interesses econômico e político do capital monopolista. Estaríamos, então, perdendo tempo em resgatar aqueles períodos históricos? Evidente que não, pois a recuperação histórica irá pôr em xeque a própria historiografia oficial.

⁶ ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil: Da Revolução de 30 até a

Não buscamos a volta das utopias do Eldorado e do fascínio que o chamado “novo mundo” despertou para os colonizadores espanhóis e portugueses, mas sim o reencontro de nossa identidade, que sempre foi substituída por heróis e personalidades alienígenas. As técnicas transformistas dos colonizadores faziam dos autóctones da terra (criollos) verdadeiros servos de corpo e mente na luta por seus interesses de classe, utilizando a força física através da escravidão indígena e negra, ou aprimorando a sua dominação por meio da ideologia do “bom” colonizador para um “bom” colonizado. Tanto esta como aquela são formas utilizadas pelo capital para impor uma determinada visão do mundo.

Marx revela esta questão quando afirma:

“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder **material** dominante numa dada sociedade é também a potência dominante **espiritual**. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante.”⁷

Desde a colônia, passando pelo Império até os dias atuais, a presença imperialista permanece com maior ou menor sutileza, das idéias da força à força das idéias, ou seja, da opressão física à dominação ideológica. O entendimento sobre esse processo permitirá constatar que:

“... não podemos compreender as relações e processos envolvidos na dependência senão compreendendo-os como elementos de uma configuração histórico-cultural. Trata-se de uma configuração produzida historicamente, no interior do sistema capitalista...”⁸

A lógica do capital, seja qual for o momento histórico da humanidade, sempre surge voraz e espoliativa, pois para se reproduzir necessita expandir. É na América Latina que o mesmo encontra condições ideais para se desenvolver, pois, na verdade, “... *as nações latino-americanas são produtos da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e*

Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, Editora Cortez, 1982, p. 40.

⁷ MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã I, 3ª edição, Portugal, Editora Presença, 1976, pp. 55-56.

⁸ IANNI, Octávio. Sociologia da Sociologia Latino-Americana, 2ª edição. Civilização Brasileira, 1976, pp. 178-179.

*sistemático*⁹, que vai se transformando e aperfeiçoando, adquirindo novos padrões de dominação e exploração. A evolução deste processo passa pelo antigo sistema colonial escravista (índios e negros), continua com os grandes latifundiários rurais através da produção para exportação, avança via o imperialismo (expansão das multinacionais) e chega ao capitalismo monopolista (expressão máxima de exploração).

A expansão capitalista permite que a hegemonia do capital sobre a América Latina adquira dimensões profundas em relação aos seus destinos, atuando através de formas múltiplas e variadas, procurando manter a todo custo o seu domínio. Abertamente, relaciona-se com políticos locais através do suborno e a chantagem, ou mascarando seus reais interesses por meio da política de países irmãos – propondo ajuda financeira para projetos de cunho social duvidoso, bem como se colocando à disposição para assessorar programas nas áreas rurais, educacionais e da saúde. Um exemplo disto está relatado no livro *“Social Change in Latin America Today: Its Implications for United States Policy”*, que foi traduzido, em 1967, com o nome de *“Mudança Social na América Latina”*.¹⁰ Podemos considerar que o mesmo é uma expressão moderna da obra *“O Príncipe”*, de Maquiavel.

Vejamos algumas partes significativas do que afirmamos acima:

“Primeiro, os fermentos da revolução continuada, as mudanças ideológicas e sociais na América Latina devem ser acompanhadas bem de perto, através de relatórios recentíssimos, pesquisas e análises. Política feita na base de informações antigas acaba em notícias desagradáveis. Do ponto de vista da segurança dos Estados Unidos, a América Latina, por sua própria proximidade, é uma das regiões do mundo mais importantes.

(...) a criação de um instituto central de pesquisas para a América Latina em alguma parte dos Estados Unidos, preferivelmente bastante próxima de Washington para que seja acessível à consulta dos que traçam as diretrizes políticas. Um instituto dessa natureza deve ter acesso a todas as fontes de informações, além de empreender investigações sob os seus próprios auspícios.

⁹ FLORESTAN, Fernandes. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Zahar Editores, 1975, p. 11.

¹⁰ Entendemos que o referido livro é resultado de um projeto financiado pelo Pentágono, que tinha por objetivo estudar através da antropologia e da ciência política os povos latinos-americanos. O resultado final do mesmo permitiu que os Estados Unidos tivessem acesso a um manual de como interferir e comandar os sistemas políticos desses países.

Segundo, enquanto os próprios **Estados Unidos, por seu lado, estão aptos a cooperarem para a modernização da América Latina, através de créditos financeiros, técnica e apoio moral, todos esses projetos devem ser planejados e executados prestando-se toda a atenção e respeito às tradições, honra e inteligência dos latino-americanos.**

Terceiro, os planos e programas dos Estados Unidos devem ser traçados e postos em prática dentro da maior coordenação (...) **Como os latino-americanos mantêm freqüentemente ressaltada essa falta de total coordenação de trabalho, deixa muitas grietas abertas, e os comunistas não hesitam em penetrar por essas fendas.**

Quarto é o interesse tanto da nova liderança latino-americana como do governo dos Estados Unidos que estes demonstrem ser não apenas um símbolo de democracia e de progresso, mas também um sócio de confiança na consecução prática desses objetivos. **Ainda quando o apoio dos Estados Unidos a uma ditadura seja indireto ou temporário, ele solapa o apoio que, por sua vez, lhes dão os amigos da democracia e fornece aos críticos locais (...) todas as oportunidades para estabelecer a confusão e semear desconfiança.**

Quinto, as atividades, instalações e pessoal **de uma ou das maiores firmas norte-americanas são mais evidentes do que as embaixadas ou missões oficiais.** Os grandes interesses só há pouco perceberam que representam, com efeito, não apenas os seus negócios, mas também os próprios Estados Unidos (...) os quais poderiam, ao mesmo tempo, angariar a amizade e a boa vontade dos funcionários do governo e dos setores particulares na América Latina.

Sexto, os Estados Unidos devem ser preparados para apoiar projetos e movimentos que são necessários ao desenvolvimento da América Latina, ainda que não estejam sempre dentro do contexto da 'livre imprensa' (...) grandes programas de desenvolvimento econômico precisam ser realizados por órgãos públicos criados para tal fim, tendo em vista a carência de capital local (...) que sua direção e controle estejam nas mãos daqueles que se identifiquem com os valores do mundo livre (...) **tendência de deputados e senadores americanos de 'socialista' ou 'comunista' tudo o que não se conforme estritamente com os padrões norte-americanos (...)**

Sétimo, **deputados e senadores dos Estados Unidos estabeleçam contatos pessoais, criando simpatias junto aos elementos de liderança dos grupos médios (...)**¹¹ (grifo nosso)

A citação que usamos mostra claramente as intenções do capital para com os destinos da América Latina. Por meio de uma literatura baseada em análises de cunho político e antropológico, o estudo procura garantir formas de manter e

¹¹ ADAMS, N. Richard. Mudança Social na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, pp. 60-61.

cristalizar a dominação nos países latino-americanos. Por meio de uma linguagem simples, mas apoiada em critérios científicos, o **Capital** consegue criar um manual de orientação política de como bem governar os interesses americanos na América Latina.

Entender as intenções do Estado Brasileiro para com a publicação deste livro no país, que se encontrava em plena ditadura militar (1967), coloca-nos em alerta com relação aos interesses do mesmo, pois demonstra que o processo de dominação ideológica já estava desencadeado pelo governo americano.

O Estado brasileiro ocultou aquilo que, provavelmente, seria difícil de argumentar para com os brasileiros: a política diplomática dos Estados Unidos no que diz respeito aos destinos da América Latina.

No desenvolvimento da humanidade, todo o processo histórico do homem se dá através da compreensão dos fatos e dos limites das coisas e das pessoas que nos rodeiam. Esse processo materializa-se na educação para a dominação ou para a revolução.

A chamada ocidentalização da América Latina se faz presente em todos os níveis da vida social, às vezes de forma caricata, trágica ou exótica, mas sempre dominadora. Desempenhando um papel de força material e espiritual, coloca a necessidade de intervir na realidade latino-americana com a imposição de *“atividades de controle ou saneamento por parte das agências governamentais e privadas européias e norte-americanas”*¹². Portanto, se afirmamos que por sermos latino-americanos temos semelhanças, estas devem ser muito mais *“das matrizes onde copiamos os nossos modelos do que da aproximação de nossa realidade histórica, plena de desafios agudos a nos cobrarem respostas”*¹³, demonstrando que a luta pela integração latino-americana **não é um pedido e desejo** meramente simbólico e de entonação lingüística, mas sim um ato histórico em que Bolívar e Martin foram seus precursores.

As soluções pedagógicas importadas acabam castrando a iniciativa local, colaborando para que o sentimento nacional se torne transnacional e se desfigure

¹² Universidade e Educação. Octávio Ianni e outros. Campinas, Papirus, CEDES, 1992, p. 174.

de qualquer compromisso político. Criam-se mentes domesticadas e reacionárias que lutam para desenvolver uma educação da dependência através de uma pedagogia da anexação.

EDUCAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Como já afirmamos, a América Latina é resultado da expansão da civilização ocidental. Teve, portanto, seu destino traçado pelos interesses colonialista, neocolonialista e do capitalismo em suas várias etapas hegemônicas. Esse processo contínuo de exploração trouxe consigo práticas políticas que se plasmaram em padrões culturais de dominação que levaram ao imobilismo revolucionário, como afirma Florestan Fernandes:

“A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível”¹⁴

A dominação imperialista não é só produto de fatores de ordem econômica, mas de um conjunto de elementos que se mesclam em decisões de âmbito interno e externo, isto é, interesses particulares da burguesia nacional se cruzam e ajustam-se aos do capitalismo internacional. A luta em torno da dominação tem como pólo hegemônico os Estados Unidos, que através da sua supremacia econômica, determina padrões culturais massificantes através da apologia ao colosso civilizatório do ocidente:

“Em conseqüência, o processo de modernização, iniciado sob a influência e o controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis **da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública** e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável”¹⁵

A vulnerabilidade daquilo que está em contato com a dominação imperialista, alcança todos os níveis da sociedade latino-americana, que se vê obrigada a ceder e consumir os ideais impostos pelo capital. Esse processo se dá pela educação através da cultura da dependência que “*preserva e reproduz as*

¹³ *Idem*, Célia Frazão Soares Linhares, p. 220.

¹⁴ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo e Classes Sociais na América Latina*. 2ª ed., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975, p. 12.

¹⁵ FERNANDES, Florestan. *Obra citada*, p. 23 (grifo nosso).

relações de classe no interior da nação periférica, da mesma que reforça os laços de dependência (ideológica) com as nações hegemônicas”¹⁶.

A educação da dependência é, portanto, produto das condições objetivas do capital, que vão determinar uma relação entre indivíduos no campo do ensino e educação. É na intelectualidade e nos círculos universitários que o imperialismo atuava com maior rigor, buscando impedir a reação crítica e unificada da América Latina.

A educação é o instrumento formador e catalisador dos interesses da classe dominante, que a utiliza para impor uma determinada visão de mundo, penetrando ideologicamente nas estruturas mentais dos indivíduos. Esse processo se materializou por meio da **Aliança para o Progresso**¹⁷, que atingiu a todo o território latino-americano.

O processo pelo qual a hegemonia econômica e política do capital atuam nos países latino-americanos, demonstra que os padrões de **inculcação ideológica** são profundos e incorporados ao cotidiano dos indivíduos por meio da ação de pólos de produção multinacionais e monopolistas, aliados a uma política diplomática imperialista de “livre mercado”. Os Estados Unidos desenvolvem uma ação externa duvidosa e discutível de “apoio e solidariedade aos povos subdesenvolvidos”, onde o submundo do suborno, da chantagem e de golpes de Estado monta a lógica dos programas americanos para a América Latina. Assim, a metodologia e a ação pedagógica dos mesmos estão sinalizadas com base na força material e espiritual que os Estados Unidos impõem ao mundo, determinando teleologicamente o destino da humanidade. Lênin, em seu livro “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, quando ao contrapor alguns pontos com Kautsky, afirma:

“O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais...

¹⁶ GARCIA, Pedro Benjamin. Educação, modernização ou dependência? Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1977, p. 55.

¹⁷ É a nova política diplomática desenvolvida pelos Estados Unidos da América, que buscava modernizar e cooptar o aparelho educativo, através dos convênios MEC-USAID, implementando a ideologia do capitalismo como o único sistema capaz de produzir riqueza.

apoderaram-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia...”¹⁸

A educação da dependência se explica pela expansão do capital, que impõe a todos aqueles que estão sob a sua égide, a reprodução. Incorporando elementos do cotidiano e desenvolvendo consciências ingênuas, onde a **naturalidade**, a **submissão**, **inferioridade** e a defesa dos princípios do capitalismo monopolista são exemplos reais de uma educação para a dependência.

Ao assimilar valores, princípios e normas do outro, despojamo-nos do nosso eu e tomamos como nossos os interesses daqueles que nos dominam. Surge um processo onde a acumulação de capital por parte dos interesses estrangeiros vai se configurando na colônia, no império, e passa pela república até os dias atuais. A noção de inferioridade que era inculcada na raça índia e negra dos trópicos, da cultura, da religião, dos costumes em geral, cria a ideologia do colonizado, que, quando veiculada, revela ser a ideologia da classe dominante. Portanto, a configuração ontológica de educação da dependência se dá na dinâmica do processo histórico, moldando e cristalizando a lógica da acumulação de capital.

A educação da dependência cria raízes profundas junto ao processo histórico dos países da América Latina, seja através da simulação de políticas de “amparo” e “solidariedade” aos países subdesenvolvidos, ou pela implantação ou importação de núcleos de produção que criem a necessidade de um consumo compulsório. Pois o capital é uma relação social que configura elementos de dependência, reproduzindo a estrutura de valores.

PEDAGOGIA DA ANEXAÇÃO

O processo de determinação, expansão e internacionalização do capital, não podem ser entendidos somente como uma determinação econômica. Segundo István Mészáros;

“Mencionar apenas os mecanismos de produção e troca para explicar o funcionamento real da sociedade capitalista é o procedimento inadequado”¹⁹

¹⁸ LENINE, V. I. Obras Escolhidas. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 2ª edição, 1982, p. 643.

¹⁹ MÉSZÁROS, Istvan. Marx: a teoria da alienação. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, p. 260.

Toda a relação produzida pelos homens é social e ontológica, pois a reflexão e a intervenção no real são resultantes da ação modificante e modificadora da *práxis* humana. Portanto, fazem a história, modificando a sociedade para servir à humanidade, onde “... o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores...”²⁰.

Esses valores vão criar a base para a interiorização dos conteúdos pedagógicos, formando uma visão de mundo hegemônica e responsável pela perpetuação da cultura da dominação.

Os conteúdos pedagógicos trabalhados pela cultura são expressão da base material, que historicamente vêm acumulando princípios, valores e normas que correspondem a um determinado estágio das relações de produção. É na escolha que este conjunto de conteúdos adquire sistematização, transmissibilidade dentro de uma determinada visão de mundo.

A lógica dos conteúdos está baseada no determinante político e econômico da anexação, que agem como elemento catalisador dos interesses do capital que, para obter segurança, determina a pólos hegemônicos (Estados Unidos) a responsabilidade em manter a relação de dependência, pois,

“O que está em jogo são os requisitos políticos de uma incorporação dependente mas eficaz desses países ao espaço econômico e sócio-cultural dos Estados Unidos”²¹

A anexação pode ser geopolítica ou ideológica, tanto uma como a outra são processos de um mesmo objetivo, que para se desenvolver, necessitam do apoio de grupos internos e externos. Internamente, são os chamados interesses econômicos de determinados grupos sociais, que para manter sua acumulação de capital associam-se ao capital internacional na perspectiva de aumentar ou não vir a perder seu patrimônio.

Organizam-se em associações para defender interesses de classe, lutam para envolver outros segmentos da sociedade na busca de concretizar seus interesses

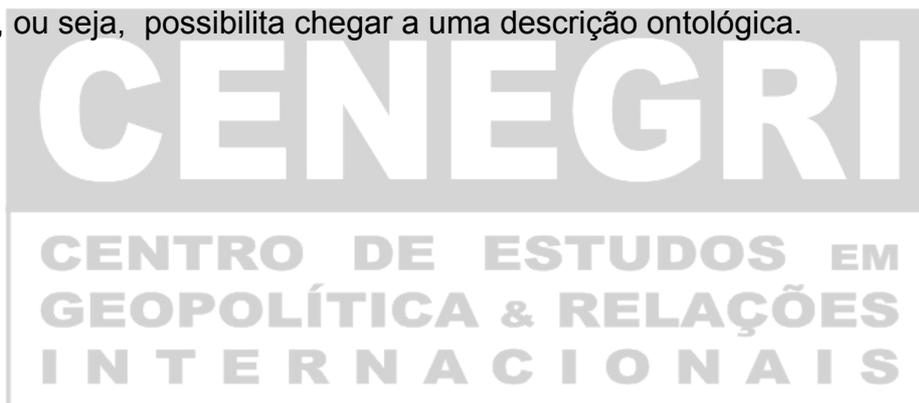
²⁰ MĚSZÁROS, Istvan. Idem, p. 260.

²¹ FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Zahar Editores, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1975, p. 25.

anexacionistas. Externamente, o capital necessita anexar ao seu mercado novos consumidores, completando assim o ciclo da produção e reprodução do capital.

Essa dinâmica histórica nos mostra que os conteúdos pedagógicos expressos na cultura local são o resultado de um longo processo de incorporação de uma **educação construída** para a dominação, que se desenvolveu com base na antropologia cultural, e com seu papel expansionista ligado ao desenvolvimento do capital.

As categorias, “educação da dependência” e “pedagogia da anexação” são dois elementos importantes para a análise da educação, pois nos afastam das interpretações dualistas de cunho idealista e nos colocam diante dos estudos de cunho histórico-materialista. A utilização das mesmas permite trabalhar a compreensão dos fatos relacionando-os com produção e reprodução da vida humana, ou seja, possibilita chegar a uma descrição ontológica.



CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA

“A semelhança de outras nações das Américas, as Nações latino-americanas são produto da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático”

(Florestan Fernandes – Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina)

O movimento do capital na América Latina, apesar de apresentar ritmos e configurações diferentes, capazes de explicar particularidades diversas, atende a um “*espaço induzido da efetivação capitalista*”²², isto é, cada qual possui uma dimensão ontológica particular. Neste sentido, entendemos que a América Latina possa ser explicada

“... pela via colonial do capitalismo, que particulariza formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconscientes e desastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas específicos na universalidade dos impasses mundiais”.²³

A incorporação ou cooptação dos países latino-americanos ao sistema capitalista, decorre de um processo histórico no qual as nações hegemônicas “induziram” os mesmos econômico e politicamente a uma relação de subordinação. Como toda relação é resultado da ação entre os homens, a subordinação se torna um elemento de base cultural enraizado no cotidiano da vida.

Com uma inconsistência social que se expressa por meio de uma burguesia não totalizante como classe, ou seja, há uma incompletude de classe, onde o movimento histórico apresenta uma frequência factual e repetitiva que pode se configurar em comédia e/ou tragédia. Apresentando estruturas políticas individuais que objetivam governar o coletivo através de ditaduras militares ou familiares. Limitando a autocrítica, impedindo o avanço dos problemas que transpassam toda a América Latina.

²² CHASIN, J. *A sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*. In: Revista Ensaio, n.º 17 e 18, São Paulo, Editora Ensaio, 1989, p. 39.

²³ Ibid. p. 39.

A situação da América Latina apresenta em seu interior a patologia da crise estrutural do capitalismo que vai refletir a crise da educação como diz Mészáros:

“Nenhuma pessoa em perfeito uso de suas faculdades mentais negaria que a educação está, hoje em crise... a crise de hoje não é simplesmente a de uma instituição educacional, mas a crise estrutural de todo o sistema da ‘interiorização’ capitalista...”²⁴

O processo de crise do capitalismo vai refletir também na educação, que duplica e aprofunda seu estado de anacronismo e falta de perspectivas, pois as sociedades pós-capitalistas também representam o mesmo sintoma. Neste sentido, as perspectivas de mundo são cada vez mais pessimistas e angustiantes, demonstrando que a permanência, regência e determinação do capital continua administrando a humanidade, como bem comenta Mészáros;

“Não é socialismo o que existe. São sociedades pós-capitalistas, pois permaneceram sob o domínio do capital, do poder que não desaparece de um dia para o outro... Abolir a propriedade privada através de uma resolução política socialista, não abate o poder do capital, mas quebra com o capitalismo.”²⁵

A crise nas sociedades capitalistas e pós-capitalistas (chamadas socialistas), decorre da crise do capital, com uma especificidade própria em que a categoria de subalternidade nos países latino-americanos guarda uma referência por demais marcante, historicamente as ditaduras civis e militares. Esta característica ocorrida no continente demonstrou que,

“...o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico... em uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela, o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente, etc.”.

Esse capitalismo que se expressa pela “via colonial” traz consigo, segundo Chasin, a marca da “incompletude de seu capital”, não conseguindo fazer com que o resultado da reprodução e acumulação volte para ser investido na produção de riqueza, mas sim fique colocado no mercado financeiro. Apresentam-se

²⁴ MÉSZÁROS, István. Obra já citada, pp. 269-270.

²⁵ MÉSZÁROS, István. *Tempos de Lukács e Nossos Tempos – Socialismo e Liberdade*. In: Revista Ensaio, n.º 13, São Paulo, 1984, p. 25.

também semelhanças quanto ao processo inflacionário, através da “valorização improdutiva do capital”; privatização do Estado em favor da política neoliberal, maxi-exploração da força de trabalho, não permitindo os mínimos vitais para garantir a sobrevivência dos indivíduos.

Se as análises sobre a América Latina são pouco confiáveis, imaginemos que as razões não devam ser de cunho individual daqueles que a estudaram e nem pelas questões político-pedagógico que o circunscrevem, mas sim pela hegemonia ditatorial dos modelos teóricos importados que determinam análises de cunho moral, racial, maniqueísta e dualista.

A referência teórica que entendemos ser mais conveniente para estudar a América Latina é a “via colonial”, pois a mesma permite:

- a) Entender a realidade latino-americana enquanto o desenvolvimento de um capitalismo que descarte a referência ao modo de produção feudal;
- b) Considerar que o capitalismo na América Latina deve ser estudado pela via colonial e é resultado do processo de industrialização “hipertardio e retardatário” e decorrente da face monopolista.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA

O conjunto de reflexões que já sinalizamos no corpo deste trabalho permitiu compreender a dinâmica histórica do Capital, a educação da dependência, a pedagogia da anexação, a particularidade do capitalismo latino-americano, tudo analisado dentro dos parâmetros da “via colonial”. Esses são elementos fundamentais para podermos apreender em sua universalidade o processo educativo.

A primeira questão a ser ponderada é que a crise do capitalismo determina a crise na educação, segundo Mészáros:

“A persistência e crescente intensidade da crise da educação nos principais países capitalistas, sem uma única exceção,... A crise de hoje não é simplesmente a de uma instituição educacional, mas a crise estrutural de todo o sistema da “interiorização” capitalista...”

A crise estrutural do capitalismo se explica em razão do movimento do capital estar restrito unicamente a sua reprodução ampliada, esquecendo de criar riqueza para satisfazer às necessidades dos homens, pois, a lógica que o reproduz é a de vir a satisfazer suas necessidades intrínsecas, isto é, o capital reproduzindo valor de troca e submetendo o valor de uso dentro dos contornos da autofagia das necessidades do capital.

O significado deste processo sinaliza um estado crônico de crise do sistema capitalista que o ensina a “viver na e através da crise”, como assim inteligentemente coloca Chasin. Os sistemas educacionais são envolvidos nesta situação, pressionados se ajustam para justificar a dominação do Capital através da produção.

Essas funções são criticadas pelos representantes da política neoliberal, que acusam o sistema educacional público de ultrapassado, burocratizado, mal gerenciado, falido e com um contingente de professores e funcionários desestimulados pela baixa remuneração e sem linhas político-pedagógicas consistentes e verdadeiras.

Imediatamente, estas questões trazem à tona aquilo que está num primeiro momento encoberto, “a luta entre o público e o privado”. A manifestação do Estado em fazer sua privatização, demonstra mais uma vez que o capital, em sua ânsia de acumulação, necessita de mais espaços para garantir sua reprodução ampliada, vendendo o patrimônio público para os “empresários” da educação, ou criando a falsa noção de que os chamados “contratos de gestão” (escolas-cooperativas) poderiam melhorar os sistemas educacionais. Neste sentido, a política neoliberal:

“...assume, desde a ponta mais áspera do liberalismo econômico puro e simples, até o extremo amaciado do liberal-democrático... a invadir sem limites todos os espaços, inclusive da própria esfera estatal...”

A política neoliberal atua como braço forte do “capital”, determinando o destino histórico dos países da América Latina, que hoje são obrigados a defender a

privatização da vida e da educação. Os acordos internacionais, relativos a empréstimos financeiros, e a ajuda científica e tecnológica, estão condicionados a políticas em favor da privatização. Portanto, a questão principal é a “luta pela educação pública, gratuita, competente e democrática”.

A segunda questão é que o capitalismo financeiro abandona a categoria trabalho como a essência explicativa dos homens, e utiliza-se das categorias neoliberais preocupadas com a racionalidade do capital e sua própria reprodução. A dispensa da força de trabalho em favor das máquinas e novas tecnologias, coloca como refutável a hipótese que: “o capital para se reproduzir necessita da força de trabalho”. Neste momento, o cetim educacional, podemos questionar, não é mais necessário em sua completude de massa, mas sim cada vez mais restrito, segundo a professora Lizia Nagel:

“As capacidades individuais de trabalho deixam de ser relevantes, pois, as forças produtivas da sociedade passam a ser dimensionadas pelo capital constante que substitui a força humana por forças mecânicas, por forças químicas, por forças naturais (28)”.

Apesar das especificidades que compõem o desenvolvimento da América Latina no que se refere à expansão do Capitalismo, a questão da negação do trabalho está colocada em todos os países que compõem o continente, pois o trabalho individual (força de trabalho) não está mais condicionado à necessidade do capital.

A educação também se vê desnecessária em sua universalização, e sim importante em sua ação restrita, a busca de uma especialidade mecânica automatizada não exige conhecimentos humanísticos e sim meramente técnicos.

Nossa preocupação foi a de apresentar algumas questões de cunho universal em que o capital respondesse prontamente, em sua trajetória histórica, aos limites e à crise do sistema capitalista. Com referência à particularidade de cada país latino-americano, os escassos estudos existentes são em grande parte de cunho generalista, o que impede análises mais específicas e particularizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, N. Richard. Mudança Social na América Latina. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1967;

ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. Editora Cortez. São Paulo, 1982;

CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. Revista Ensaio. Editora Ensaio. São Paulo, 1989;

FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1975;

GARCIA, Pedro Benjamim. Educação, Modernização ou Dependência? Ed. Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1977;

IANNI, Octávio e outros. Universidade e Educação. Editora Papirus. Campinas. 1992;

IANNI, Octávio. Sociologia da Sociologia Latino Americana. 2ª edição. Editora Civilização Brasileira. 1976;

LENINE, V.I. Obras Escolhidas. Editora Alfa-Omega. 2ª Edição. São Paulo. 1982;

LUKÁCS, George. As Bases Ontológicas do pensamento e da Atividade do Homem. Revista Temas de Ciências Humanas, nº 04, São Paulo, 1978;

MADEIRA, Felícia Reicher e MELO, Guiomar Namó de. Educação na América Latina: teoria e realidade. Editora Cortez. São Paulo, 1985;

MARX, Karl. O Capital: Para a crítica da Economia Política: Salário, Preço e Lucro. Editora Abril Cultural. São Paulo. 1982;

MÉSZÁROS, Istevan. Marx: A teoria da alienação. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1981;

NAGEL, Lizia H. Quando o conteúdo vai além da Frase...Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1986;

RIBEIRO, Gilvan P. Do Imperialismo como Farsa. Revista de Ciências Humanas, nº 07. São Paulo. 1978.